

## **III CURSO INTENSIVO DE PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO**

(PREPARAÇÃO PARA O CEJ)

### ***Coordenadores***

Prof. Doutora Clotilde Celorico Palma/Prof. Doutor Francisco Paes Marques

### ***Assessor Científico***

Dr. José Duarte Coimbra

### **APRESENTAÇÃO**

Por Despacho do passado dia 17 de dezembro de 2019, a Ministra da Justiça autorizou a abertura de três concursos de ingresso no Centro de Estudos Judiciários, um dos quais para o preenchimento de 30 vagas para a magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na sequência do qual foi já publicado o Aviso n.º 20808/2019, de 31 de dezembro, que estabelece os requisitos e as regras de acesso ao referido concurso, seja pela “via profissional”, seja pela “via académica”, e cuja primeira prova escrita se realizará, previsivelmente, já no próximo dia 15 de fevereiro.

É o que justifica que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa voltem a organizar mais uma edição do *Curso Intensivo de Procedimento e Processo Administrativo e Tributário*, especificamente pensado e delineado para a preparação daquele Concurso, beneficiando dos frutos e da experiência já acumulada nos *Cursos Intensivos* realizados por ocasião dos Concursos de 2018 e de 2019, assim como em Cursos e Pós-Graduações em matéria de Justiça Administrativa e Tributária que vêm realizando ao longo dos anos.

Em horário pós-laboral e organizado sob a forma de sessões intensivas, o Curso procurará oferecer uma visão transversal, mas ao mesmo tempo profunda, dos conceitos e institutos centrais de Direito Administrativo e Tributário e, em particular, dos sistemas de tutela contenciosa atualmente em vigor na jurisdição administrativa e fiscal. Para além de, em conjunto, cobrirem a integralidade dos tópicos programáticos normalmente incluídos nas provas de acesso, as sessões do Curso terão ainda a preocupação de dotar os alunos das ferramentas — teóricas e práticas — indispensáveis para a resolução dos exercícios (escritos e orais) tradicionalmente realizados no âmbito dos concursos de ingresso no CEJ na área administrativa e tributária.

Embora primariamente destinado aos alunos e profissionais que tencionem realizar os exames de ingresso no CEJ nos próximos meses, o Curso encontra-se naturalmente aberto a todos aqueles que, por motivos profissionais ou académicos, desejem atualizar os seus conhecimentos de Procedimento e Processo Administrativo e Tributário.

### **DURAÇÃO E HORÁRIO**

56 horas letivas, repartidas por 14 sessões de 4h em horário pós-laboral, de 27 de janeiro a 14 de fevereiro de 2020, sendo admitida a inscrição e frequência global ou separada em

cada um dos módulos de Procedimento e Processo Tributário (7 sessões)/Procedimento e Processo Administrativo (7 sessões).

As aulas decorrem na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (18h-22h) na sala 12.04 (pisos 2).

#### **NÚMERO DE VAGAS**

Máximo de 30 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição).

#### **PROPINA**

- Curso completo (14 sessões × 4h): € 900
- Módulos separados (7 sessões × 4h): € 600

Propina reduzida para estudantes da FDUL (licenciatura, mestrado ou doutoramento) inscritos no presente ano letivo 2019-2020 ou no anterior 2018-2019: €650 (curso completo) e €450 (módulos separados).

#### **CERTIFICADOS**

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões correspondentes ao módulo ou módulos em que estejam inscritos.

#### **INSCRIÇÕES**

- Inscrições *online* até ao dia 27 de janeiro: através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição *online*, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito.

#### **Contactos**

Dra. Telma Oliveira, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup>, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: [icjp@fd.ulisboa.pt](mailto:icjp@fd.ulisboa.pt)

**Programa (I): Módulo de Procedimento e Processo Tributário**

| Data/Hora | Tema(s) / Docente(s)   |
|-----------|--|
| 27.01/18h | <p style="text-align: center;"><b>Procedimento Tributário I</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Princípios gerais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimento tributário versus processo judicial tributário</li> <li>• A relação jurídica tributária: constituição, modificação e extinção da obrigação tributária</li> <li>• Os princípios da legalidade, proporcionalidade, contraditório e da verdade material</li> </ul> </li> <li>• <b>Obrigações Tributárias</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigação principal e obrigações acessórias</li> </ul> </li> <li>• <b>Procedimento de liquidação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A liquidação administrativa, oficiosa e corretiva</li> <li>• O dever de fundamentação e o procedimento de notificação</li> <li>• Prazo de caducidade e causas de suspensão</li> </ul> </li> <li>• <b>Negócios jurídicos ineficazes</b></li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA</p> |
| 29.01/18h | <p style="text-align: center;"><b>Procedimento Tributário II</b></p> <p><b>Procedimento de inspeção tributária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios, âmbito, tipologia, marcha da ação de inspeção tributária e causas de suspensão</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Avaliação da matéria tributável</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os sistemas de avaliações da matéria tributável</li> <li>• Regime simplificado</li> <li>• Avaliação direta (correções meramente aritméticas)</li> <li>• Avaliação indireta (Presunções, indícios e outros elementos)</li> <li>• A tributação através de manifestação de fortuna e acréscimos patrimoniais</li> </ul> </li> <li>• <b>Derrogação do sigilo bancário</b></li> <li>• <b>Cláusulas anti-abuso (geral e específicas)</b></li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> PAULO MARQUES</p>  |
| 30.01/18h | <p style="text-align: center;"><b>Procedimento Tributário III</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Procedimento de avaliação dos bens patrimoniais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimento de avaliação dos imóveis</li> <li>• Pressupostos e critérios de avaliação</li> <li>• A impugnação dos erros de inscrição nas matrizes prediais</li> <li>• Impugnação da decisão de avaliação</li> </ul> </li> <li>• <b>Meios de impugnação administrativa</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pressupostos procedimentais e regras de competência</li> <li>• Natureza facultativa ou necessária</li> <li>• Efeitos sobre o processo de cobrança; requisitos e extensão da garantia</li> <li>• O procedimento de reclamação graciosa</li> <li>• O procedimento de recurso hierárquico</li> <li>• O pedido de revisão do ato tributário</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> VASCO MATIAS VALDEZ</p>   |

|                  |  |
|------------------|--|
| <p>31.01/18h</p> | <p style="text-align: center;"><b>Processo Tributário I</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Processo judicial tributário</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O âmbito e objeto</li> <li>• As regras de competência e graus de jurisdição</li> <li>• Os agentes processuais</li> <li>• A arguição de nulidades</li> <li>• Os pressupostos processuais</li> </ul> </li> <li>• <b>Impugnação judicial</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os requisitos e estrutura da petição inicial</li> <li>• A causa de pedir e o pedido</li> <li>• A cumulação de pedidos e coligação de autores</li> <li>• Processo administrativo e contestação da Fazenda Pública</li> <li>• Os meios de prova</li> <li>• A sentença judicial</li> </ul> </li> <li>• <b>Recursos jurisdicionais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O regime e regras de competência</li> <li>• Legitimidade e prazos</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> ALEXANDRA MARQUES</p> |
| <p>03.02/18h</p> | <p style="text-align: center;"><b>Processo Tributário II</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>A disciplina jurídica das taxas e outras contribuições</b></li> <li>• <b>O contencioso das taxas/Autarquias Locais</b></li> <li>• <b>Meios processuais acessórios</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A intimação para um comportamento</li> <li>• A intimação para consulta de documentos e passagem de certidão</li> <li>• A execução de julgados</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> NUNO OLIVEIRA GARCIA</p>   |
| <p>4.02/18h</p>  | <p style="text-align: center;"><b>Processo Tributário III</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Processo de execução fiscal</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O âmbito e objeto</li> <li>• A citação do executado e demais interessados</li> <li>• Nulidade e falta de citação</li> <li>• Âmbito e extensão da penhora de bens</li> <li>• Credores preferentes e graduação de créditos</li> <li>• Venda de bens e extinção da execução</li> <li>• Formas de extinção da dívida tributária</li> </ul> </li> <li>• <b>A prescrição das dívidas tributárias</b></li> <li>• <b>As providências cautelares</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Arresto de bens e arrolamento</li> <li>• As providências cautelares a favor do sujeito passivo</li> </ul> </li> <li>• <b>A efetivação da responsabilidade tributária subsidiária</b></li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS</p>   |

|          |  |
|----------|--|
| 5.02/18h | <p style="text-align: center;"><b>Processo Tributário IV</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Oposição judicial</b><ul style="list-style-type: none"><li>• O âmbito e objeto</li><li>• Os fundamentos e pedido</li><li>• A apensação de processos</li><li>• A revogação do ato pelo órgão de execução fiscal</li><li>• A arguição da ilegalidade na oposição judicial</li></ul></li><li>• <b>Embargos de terceiro</b><ul style="list-style-type: none"><li>• O âmbito e objeto</li><li>• Legitimidade e prazos</li></ul></li><li>• <b>Reclamação dos atos do órgão da execução fiscal</b><ul style="list-style-type: none"><li>• A natureza, objeto e efeitos</li><li>• As regras de legitimidade e prazos</li><li>• O prejuízo irreparável</li></ul></li><li>• <b>Processo de contraordenação tributário</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Recurso judicial</li></ul></li></ul> <p><b>DOCENTE:</b> JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS</p> |
|----------|--|

## Programa (II): Módulo de Procedimento e Processo Administrativo

| Data/Hora | Tema(s) / Docente(s)   |
|-----------|--|
| 6.02/18h  | <p style="text-align: center;"><b>Procedimento Administrativo I</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Função administrativa e Direito Administrativo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Função administrativa e formas de atuação administrativa</li> <li>• Direito Administrativo: características e sistema de fontes</li> <li>• Organização administrativa: estruturas fundamentais da Administração Pública portuguesa</li> </ul> </li> <li>• <b>Os princípios gerais da atividade administrativa</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios gerais da atividade administrativa (legalidade e discricionariedade administrativa; interesse público e boa administração; justiça e razoabilidade; imparcialidade; boa fé; colaboração com os particulares; participação; princípio da decisão; administração aberta e proteção de dados pessoais; cooperação leal com a União Europeia)</li> </ul> </li> <li>• <b>O CPA e o regime comum do procedimento administrativo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A procedimentalização da atividade administrativa e o âmbito de aplicação do CPA</li> <li>• Princípios específicos e fases gerais do procedimento administrativo</li> <li>• Os sujeitos procedimentais (interessados e títulos de legitimidade; o responsável pela direção do procedimento; garantias de imparcialidade)</li> <li>• Acordos endoprocedimentais; auxílio administrativo; conferências procedimentais</li> <li>• Utilização de meios eletrónicos; direito à informação; prazos</li> <li>• Medidas provisórias; pareceres; extinção do procedimento</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> TIAGO FIDALGO DE FREITAS</p> |
| 7.02/18h  | <p style="text-align: center;"><b>Procedimento Administrativo II</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Garantias administrativas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aspectos gerais (garantias impugnatórias e petições; garantias facultativas e necessárias; regime geral; efeitos e implicações processuais)</li> <li>• Aspectos particulares (reclamação; recurso hierárquico; recursos administrativos especiais)</li> </ul> </li> <li>• <b>Responsabilidade</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública e dos seus agentes (fontes; âmbito; tipos de responsabilidade; ilicitude; culpa; imputação)</li> <li>• Estatuto disciplinar das relações de trabalho em funções públicas (garantias; deveres e sujeições gerais dos trabalhadores em funções públicas; sanções disciplinares e procedimento disciplinar)</li> </ul> </li> <li>• <b>Introdução ao Direito dos Contratos Públicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Noções gerais; âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos</li> <li>• Tipos de procedimentos e regras procedimentais gerais</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> MARCO CALDEIRA</p>  |

|                  |   |
|------------------|---|
| <p>10.02/18h</p> | <p style="text-align: center;"><b>Procedimento Administrativo III</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Regulamento administrativo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Noções gerais (conceito e tipos; relações com a lei; conflitos entre regulamentos)</li> <li>• Regime procedimental (iniciativa; preparação do regulamento e início do procedimento; audiência dos interessados; consulta pública)</li> <li>• Regime substantivo (eficácia; invalidade; caducidade; revogação)</li> </ul> </li> <li>• <b>Ato administrativo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Noções gerais (conceito e tipos; forma, conteúdo e dever de fundamentação)</li> <li>• Regime procedimental (iniciativa; instrução; audiência prévia; decisão)</li> <li>• Regime substantivo (forma e fundamentação; eficácia; invalidade; revogação e anulação administrativas; execução)</li> </ul> </li> <li>• <b>Introdução ao Direito do Urbanismo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planeamento e instrumentos de gestão territorial</li> <li>• Operações urbanísticas: controlo prévio e medidas de controlo</li> <li>• Contraordenações urbanísticas</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTES:</b> TIAGO SERRÃO/DIOGO CALADO</p> |
| <p>11.02/18h</p> | <p style="text-align: center;"><b>Processo Administrativo I</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Jurisdição e competência dos tribunais administrativos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Âmbito da jurisdição administrativa e conflitos de competência jurisdicional</li> <li>• Organização, funcionamento e regras de competência dos tribunais administrativos</li> </ul> </li> <li>• <b>Princípios gerais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios estruturais do processo administrativo</li> <li>• Aplicação subsidiária da lei processual civil</li> </ul> </li> <li>• <b>As partes</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade e personalidade judiciárias</li> <li>• Legitimidade processual</li> <li>• Ação popular, ação pública e intervenção do Ministério Público</li> <li>• Patrocínio forense e representação judiciária</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTE:</b> FRANCISCO PAES MARQUES</p>   |
| <p>12.02/18h</p> | <p style="text-align: center;"><b>Processo Administrativo II</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Formas de processo e meios processuais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A organização das formas e dos meios processuais no Processo Administrativo</li> <li>• Cumulação de pedidos, apensação de processos e seleção de processos com andamento prioritário</li> <li>• Valor das causas e custas processuais</li> </ul> </li> <li>• <b>Ação administrativa</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Âmbito e regras gerais</li> <li>• Ação de impugnação de atos administrativos</li> <li>• Ação de condenação à prática de atos administrativos devidos</li> <li>• Ações sobre regulamentos</li> <li>• Ações sobre contratos</li> <li>• Outras pretensões</li> </ul> </li> </ul> <p><b>DOCENTES:</b> JOSÉ DUARTE COIMBRA/FRANCISCO PAES MARQUES</p>  |

|           |   |
|-----------|---|
| 13.02/18h | <p style="text-align: center;"><b>Processo Administrativo III</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Tramitação da ação administrativa</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Articulados (petição inicial; contestação e envio do processo administrativo; réplica e tréplica; articulados supervenientes)</li><li>• Saneamento e condensação (despacho pré-saneador; audiência prévia; despacho saneador)</li><li>• Instrução (temas da prova; meios de prova)</li><li>• Audiência final e alegações</li><li>• Julgamento (forma e objeto do julgamento; conteúdo e estrutura das sentenças administrativas)</li></ul></li><li>• <b>Recursos jurisdicionais</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Regras gerais</li><li>• Recursos ordinários (apelação e revista)</li><li>• Recursos extraordinários (uniformização de jurisprudência e revisão)</li></ul></li><li>• <b>Meios processuais extravagantes</b><ul style="list-style-type: none"><li>• As ações especiais no domínio urbanístico</li><li>• O contencioso da nacionalidade</li><li>• O contencioso do asilo e da proteção internacional</li></ul></li></ul> <p><b>DOCENTE:</b> JOSÉ DUARTE COIMBRA</p>                                       |
| 14.02/18h | <p style="text-align: center;"><b>Processo Administrativo IV</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Tutela principal urgente</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Contencioso eleitoral</li><li>• Contencioso dos procedimentos de massa</li><li>• Contencioso pré-contratual</li><li>• Intimação para a prestação de informações</li><li>• Intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias</li></ul></li><li>• <b>Tutela cautelar</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Aspectos gerais (âmbito da tutela cautelar; características e critérios de decretamento das providências cautelares; tramitação; antecipação da decisão da causa principal)</li><li>• Aspectos particulares (suspensão da eficácia de atos e normas; decretamento provisório; providências relativas à formação de contratos; regulação provisória de quantias)</li></ul></li><li>• <b>Tutela executiva</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Aspectos gerais</li><li>• Aspectos particulares (execução para a prestação de factos ou de coisas; execução para pagamento de quantia certa; execução de sentenças de anulação de atos administrativos)</li></ul></li></ul> <p><b>DOCENTE:</b> JORGE PAÇÃO</p> |